

ANTÍGONA: A PÓLIS E A FAMÍLIA NO MUNDO GREGO

Aluna: Raphaella de Assis Perlingeiro

Orientadora: Flávia Maria Schlee Eyler

Introdução

Em 1936, Sergio Buarque de Holanda publicou a primeira edição, e clássico fundador, *Raízes do Brasil*, na qual lança sua tese do “Homem Cordial”. Em um misto de ensaio literário e historiográfico, seu esforço era para, por meio de pares tipológicos e alusões metafóricas, pensar nossa identidade cultural, política e social, sendo que não é a toa que seu capítulo sobre “o Homem Cordial” começa com o par Antígona e Creonte para explicar as relações entre Família e Estado na nossa sociedade patriarcal brasileira. Essa foi a minha motivação para retomar a tragédia grega *Antígona*, de Sófocles, como objeto de estudo histórico. Meu objetivo é entender como na tragédia aparecem os pares Estado/família como são representados e organizados, e quais são as metáforas que os representam. Como fonte conceitual, parti da reflexão de Hannah Arendt sobre “A Condição Humana”, mais especificamente aquela feita em seu capítulo sobre a pólis e a família, com a intenção de usar seu estudo sobre estas duas instituições na Grécia antiga e definir uma divisão espacial entre o mundo da política e da necessidade na Grécia do século V a.C.

Objetivos

Averiguar como na tragédia *Antígona* de Sófocles aparecem configurados esteticamente o que entendemos hoje como espaços públicos e privados. O objetivo é verificar, a partir da interpretação de Hannah Arendt em “A Condição Humana” [3] sobre o par: pólis e família, como as relações políticas e afetivas se configuraram na narrativa trágica de Sófocles, de modo a revelar um mundo grego segmentado entre um espaço da pólis, o qual diria respeito ao lugar da política, da *philia*, da possibilidade da *eudaimonia*, esteticamente representado pelo “masculino”, e o espaço da família, como o lugar do privado, que diria mais sobre o mundo da necessidade, da fome e da vida, esteticamente revelado através do “feminino”.

Metodologia

No universo da pólis ateniense do século V a.C, frequentar os concursos trágicos, a experiência do Teatro, era um dever político de todos os seus cidadãos. As dimensões dessa mobilização são inimagináveis para nós. A minha pergunta aparece, nesse sentido, do seguinte modo: como a representação estética da narrativa do teatro se configura como uma experiência política?

É Aristóteles quem oferece o primeiro vestígio para minha reflexão. O filósofo coloca, na sua *Poética* [1], que é por meio da imitação, da *mimesis*, da ação heroica, que se poderia buscar essa relação. Ao narrar, o poeta coloca ao espectador aberturas de verossimilhança sobre um passado aristocrático – agora problemático, pois o momento das tragédias é o de uma pólis democrática e não mais aristocrática – e experimenta um possível cenário – uma narrativa, uma

história – que levará à *Kátharsis*, ou melhor, é provocando as paixões de terror e piedade que torna viável a purificação das mesmas. Este é o ato político fundamental experimentado no Teatro Grego do século V a.C.

Ao tomar *Antígona* como objeto de pesquisa, tornou-se necessário pensar sobre essa função do teatro – como o lugar da *Kátharsis* – para entender a sua própria narrativa. Qual é o problema que estava sendo trazido à tona por meio da sua representação? Pierre Vernant, em *Mito e Tragédia na Grécia Antiga* [4] coloca o herói trágico como um problema para a pólis democrática. Avisa ao seu leitor que a tragédia grega é um momento histórico muito bem delimitado, e que revela o que chama de uma “consciência dilacerada” entre uma tradição religiosa e um pensamento jurídico em plena elaboração.

Antígona mostra, assim, um momento em que um mesmo conceito – como *nómos* (norma, lei), por exemplo – carrega em si valores exatamente inversos. O teatro torna-se o momento em que estes valores fundamentais para a experiência da política e da pólis serão debatidos e organizados em determinados espaços, públicos ou privados, na pólis ou na família.

A metodologia usada foi, então, constituída das seguintes leituras: A tragédia *Antígona*, de Sófocles, A *Poética* de Aristóteles, *Mito e Tragédia* do historiador Pierre Vernant e a *Condição Humana* da filósofa Hannah Arendt. Partindo do documento trágico, e pontuando todas as cenas, tentamos averiguar a divisão proposta por Arendt para pensar em espaços públicos e privados no mundo grego. Para entender o momento histórico utilizamos a leitura de Pierre Vernant e a de Aristóteles para marcar conceitualmente como os próprios gregos entendiam a tragédia.

Conclusões

Escolher olhar e estudar a tragédia grega parece-me um pouco como cometer a ousadia de “Hamlet”. Com isso quero dizer que essa escolha é uma opção por pensar o indecifrável, o que está entre deuses e homens, e que nossa filosofia mal pode sonhar em compreender. Entre o enigma da *Kathársis* e seu papel político dentro experiência cívica do teatro na pólis grega percebo dois mundos dentro de um único espaço - a pólis e a família em um mundo grego. A definição desses dois espaços, revelados na narrativa trágica, mostram um espectador e um herói dilacerados, e um mundo que tenta definir seus valores entre esses dois pares. De modo semelhante, ainda buscando na Grécia antiga sua inspiração, um certo ensaísta brasileiro tentava explicar em 1936 aos seus amigos alemães o que era ser brasileiro. Difícil pensar num exemplo melhor das possibilidades de se pensar o mundo atual a partir do antigo, mesmo diante do avanço do tempo que nos tenta separar.

Referências

- 1- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poética, 1993.
- 2- SÓFOCLES. *Antígona*. Tradução de Millôr Fernandes. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- 3- ARENDT, Hannah A *Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- 4- VERNANT, Jean-Pierre et VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: editora Perspectiva, 1999.